



## RELATIVIDADE E RELATIVISMO NOS USOS DA LINGUAGEM EM WITTGENSTEIN

VALÉRIO HILLESHEIM<sup>1</sup>

**RESUMO:** A filosofia de Wittgenstein é uma atividade que visa o esclarecimento lógico da linguagem, em sua primeira fase (*Tractatus*) e uma terapia linguística, em sua segunda fase (*Investigações Filosóficas* e outras obras). Uma das coisas comuns entre essas duas fases é a tentativa de eliminar o psicologismo. Para melhor compreender essa atitude filosófica é importante estabelecer a diferença entre relatividade e relativismo nos usos da linguagem. O objetivo deste trabalho é apresentar as principais diferenças entre o significado de relatividade e relativismo nos usos da linguagem em Wittgenstein. Essas diferenças podem ser compreendidas a partir da análise gramatical de diferentes temáticas. No entanto, esse trabalho irá priorizar essa diferenciação a partir da discussão de conceitos epistêmicos, como saber, certeza, dúvida e a gramática implicada nesses usos sob a perspectiva do pano de fundo das formas de vida. O problema principal que se apresenta nesta análise é: como as mesmas proposições podem ser concebidas ora como cumprindo um papel gramatical, portanto, normativo, ora cumprindo um papel empírico, factual? Essa diferenciação é importante, pois ela possibilita evitar os usos confusos e indevidos da linguagem quando ocorre a mistura entre critérios e sintomas, o factual e o metafísico provocando diversos mal-entendidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relatividade. Relativismo. Normativo. Factual. Usos.

**ABSTRACT:** Wittgenstein's philosophy is an activity that aims for the logical clarification of language, in its first phase (*Tractatus*) and a linguistic therapy, in its second phase (*Philosophical Investigations* and other works). One of the common things between these two phases is the attempt to eliminate the psychologism. To better understand this philosophical attitude it is important to establish the difference between relativity and relativism in the uses of language. The objective of this work is to present the main differences between the meaning of relativity and relativism in the uses of language in Wittgenstein. These differences can be understood from the grammatical analysis of different themes. However, this work will prioritize this differentiation from the discussion of epistemic concepts, such as knowledge, certainty, doubt and the grammar involved in these uses from the perspective of the background of forms of life. The major problem that arises in this analysis is: how can the same propositions be conceived as fulfilling a grammatical, therefore, normative role, and sometimes fulfilling an empirical, factual role? This differentiation is important, as it makes it possible to avoid confusing and improper uses of language when criteria and symptoms, the factual and the metaphysical, are mixed up, causing several misunderstandings.

**KEYWORDS:** Relativity. Relativism. Normative. Factual. Uses.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e professor da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Coordenador da Especialização em Filosofia Lato Sensu (UCSAL). Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: valeriohill@gmail.com.

1. Na filosofia, é bastante comum observarmos disputas e debates árdios sobre os mais diversos temas. Muitas vezes, sem solução e sem possibilidade de consenso. Kant (1994) identifica uma das causas desse tatear, a falta de rigorosos limites. Para ele, alguns campos de conhecimento já atingiram a forma segura de uma ciência, via rigorosa necessidade e universalidade, como a lógica, a matemática e a física. Ao passo que a metafísica, até então, permaneceu sem sucesso. Para Wittgenstein, esse tipo de problema “[...] repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem”. (TLP, p. 131)<sup>2</sup>. O Kant buscou solucionar essas dificuldades fazendo uma crítica radical à razão para estabelecer os limites legítimos de todo o seu projeto, de cunho eminentemente epistemológico. Para Hillesheim (2022), Kant buscou fazer uma crítica em vista do que a razão pode conhecer de modo legítimo e Wittgenstein fez uma crítica dos limites da linguagem, em vista da busca da clareza do significado<sup>3</sup>. “O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos [...] O limite só poderá, pois, ser tratado na linguagem [...]”. (TLP, p. 131).

Nessa perspectiva, a metafísica é destituída de um papel positivo e preponderante na filosofia. A crítica da razão e a crítica da linguagem podem ser vistas como a tentativa de reconfigurar o próprio papel da filosofia. A busca da filosofia deixa de ser uma busca de soluções metafísicas. Ela passa a ser uma atividade, eminentemente, crítica. Kant e Wittgenstein, cada um ao seu modo, pretendem delimitar mais e melhor o campo de atuação da ciência e campo de atuação da filosofia<sup>4</sup>.

---

## <sup>2</sup> LISTA DE ABREVIATURAS

**TLP** - Tractatus Lógico-Philosophicus. Tradução, Apresentação e Ensaio Introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos, 2ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

**IF** - Investigações Filosóficas, In: Coleção Os Pensadores. Tradução de José Carlos Bruni, 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

**UG** - Da Certeza. Tradução de Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 2000.

**GF** - Gramática Filosófica. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

**OF** - Observações Filosóficas. Seleccionadas entre seus escritos póstumos por: Rush Rhees. Tradução para o inglês: Raymond Hargreaves e Roger White. Tradução para o português: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

**LC** - O Livro Castanho. Tradução de Jorge Mendes. Revisão de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992.

**CV** - Cultura e Valor. Tradução de Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 2000. **LA** - O Livro Azul. Tradução de Jorge Mendes. Revisão de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992.

**BPP** – Observações sobre a Filosofia da Psicologia – Vol. I e II. Tradução e revisão técnica de Ricardo Hermann Ploch Machado. – Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

**AC** – Anotações sobre as Cores. Edição em Alemão e em português. Apresentação, estabelecimento do texto, tradução e notas de João Carlos Salles Pires da Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

**ZT** - Fichas (Zettel). Tradução de Ana Berhan da Costa e revisão de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

<sup>3</sup> “[...] a crítica da linguagem deve ser aplicada a si mesma. A crítica condena qualquer tentativa de tomar a linguagem para além dos limites próprios de sua aplicação”. (PEARS, 1973, p. 40).

<sup>4</sup> O que leva muitos filósofos a atribuírem caráter metafísico à linguagem tem uma origem. “Muito bem; mas quando procuramos saber o que os leva a fazer isso, a resposta de Wittgenstein no *Livro Azul* é a de que isso se

A falta de distinção clara entre a ciência e a filosofia pode levar a muitas confusões e mal-entendidos. Wittgenstein, no *Tractatus*, ao fazer uma análise lógica das proposições, para chegar à clareza do significado entende que o papel da lógica estabelece as condições de possibilidade de cada singularidade. “[...] o singular mostra-se repetidamente como algo sem importância, mas a possibilidade de cada singular nos ensina uma lição sobre a essência do mundo.” (TLP, § 3.3421, p. 161). Ele, de certa forma, defende a primazia da universalidade em detrimento da singularidade. Essa busca pela universalidade, negligenciando a singularidade é uma das principais causas da falta de clareza na forma como a filosofia procede. Após localizar o problema, procede de maneira crítica em relação a sua primeira obra.

O nosso desejo de generalidade tem uma outra fonte importante: a nossa preocupação com o método da ciência. Refiro-me ao método de reduzir a explicação dos fenômenos naturais ao menor número possível de leis naturais primitivas e, na matemática, de unificação dos diferentes tópicos por recurso a uma generalização. (CV, p. 49).

A partir dessa atitude de confundir, de certa maneira, o que compete à filosofia e o que compete à ciência, os mal-entendidos<sup>5</sup> podem surgir por buscarmos uma coisa única, a forma lógica do *Tractatus*, por exemplo, como elemento comum a toda diversidade de usos da linguagem. Aplicar uma forma única para diferentes usos, em diferentes contextos, pode ser a forma de introduzir os mal-entendidos, a partir do mau uso. Com a autocrítica, há uma mudança importante no pensamento de Wittgenstein e, em sua segunda fase, ele defende que a compreensão não é uma coisa única, conforme *Livro Castanho*. Ela é “[...] de espécies tão diferentes quanto os próprios jogos de linguagem”. (REHES, In: LC, p. 14). As diferentes espécies de jogos de linguagem apresentam a infinita variedade das funções na linguagem. “Podemos dizer que as palavras e os padrões têm diferentes tipos de funções”. (LC, p. 17). Esses diferentes tipos de funções são reconhecidos em diferentes contextos de uso, na análise dos jogos de linguagem, como formas de apresentação dos usos dos conceitos.

2. O próprio Wittgenstein, nas *Investigações*, reconhece os limites do seu pensamento no *Tractatus*, bem como seus erros. No entanto, é sugestão do próprio autor ler a sua segunda

---

deve a um desejo de generalidade, e ao facto de ‘os filósofos terem sempre o método da ciência e serem irresistivelmente tentados a colocar questões e a responder-lhes da mesma maneira’. (REHES, In: LC, p. 19-20).

<sup>5</sup> Arley Moreno ratifica a causa ou a origem das confusões conceituais dessa forma: “Isso significa que, tanto no caso das ciências quanto no dos sistemas filosóficos, as confusões são devidas a uma e mesma atitude, a saber, de supor que tais questões possam ser definitivamente solucionadas – seja pelo método científico, seja por métodos elaborados especialmente pelos filósofos.” (MORENO, 2007, p. 57).

fase tendo como pano de fundo o *Tractatus*.<sup>6</sup> Essa mudança fundamental, em sua filosofia, é uma mudança de método. O método usado no *Tractatus* é o do esclarecimento lógico da linguagem e do pensamento para buscar, via a forma lógica, a clareza do significado. Em sua segunda fase, o método usado, conforme o próprio autor, é o de fazer descrições e exemplificações para evitar as confusões conceituais nas práticas linguísticas. Ao longo das *Investigações Filosóficas*, ele esclarece e exemplifica, em várias situações, como o novo método é usado para compreendermos os diferentes usos dos conceitos, em diferentes jogos de linguagem. Assim, podemos compreender como “O mesmo elemento pode num lugar ser usado como palavra e noutra como padrão.” (LC, p. 18). Esse novo método recebe vários nomes pelo próprio autor ou por seus intérpretes. Ele também é denominado de descrição gramatical. A descrição gramatical é uma forma de apresentar o modo como usamos os conceitos, em diferentes jogos de linguagem, para compreendermos suas diferentes funções e papéis.<sup>7</sup> Isso significa uma mudança radical em seu pensamento. “O preconceito de pureza cristalina só pode ser eliminado dando uma guinada em nossa reflexão.” (IF, § 108, p. 70).

Após termos considerado o essencial que caracteriza a mudança de pensamento de Wittgenstein, poderíamos perguntar, então, se o relativismo e a relatividade podem ser encontrados já em sua primeira obra, ou somente em sua segunda fase?<sup>8</sup> Entendemos que

---

<sup>6</sup> “Mas, há quatro anos, tive ocasião de ler novamente o meu primeiro livro (o ‘Tratado Lógico-Filosófico’) e de esclarecer os seus pensamentos. Pareceu-me, de repente, que eu deveria publicar aqueles antigos pensamentos junto com os novos: estes poderiam receber sua reta iluminação somente pelo confronto com os meus pensamentos mais antigos e tendo-os como pano de fundo.” (AC, p. 12).

<sup>7</sup> Para um aprofundamento do conceito de descrição gramatical, vide o artigo que escrevemos, “O Sentido Filosófico de Gramatical em Wittgenstein”. HILLESHEIM, Valério. In: BACELAR, Cláudia (org.) **Empirismo, Fenomenologia e Gramática**. Salvador: Quarteto Editora, 2013. (pp. 145-162).

<sup>8</sup> Na filosofia clássica, sobretudo no debate entre Platão e os Sofistas, relatividade e relativismo eram tomados como sinônimos, salvo em raras situações de digressão e exemplificação introduzidas por Sócrates, com fins didáticos para a continuidade da refutação platônica aos Sofistas. O relativismo ou a relatividade era defendido a partir do princípio protagórico de que o homem é a medida de todas as coisas. Esse relativismo era oposto ao conceito de universalidade. Nessa tradição, universalidade e necessidade já eram pensadas por uma imbricação recíproca. Portanto, relatividade e relativismo eram pensados a partir dos usos peculiares de argumentos relacionados à contingência, ao psicologismo e aos interesses individuais dos utentes da linguagem. Para Aristóteles, no *Organon*, necessidade e universalidade estão associadas à linguagem científica, ao logos apophantikos (discurso lógico e analítico). Não é possível fazer ciência do particular. Logo, não é possível um discurso científico sobre o meramente possível, particular e contingente. Neste trabalho, a relatividade será interpretada a partir da ideia de autonomia gramatical e das formas de vida. Nesse sentido, relatividade não significa relativismo, no sentido em que os Sofistas utilizavam. A Relatividade será compreendida a partir dos jogos de linguagem, das regras gramaticais e dos diferentes usos dos conceitos, em diferentes contextos. Por isso, a relatividade será entendida no sentido de estar relacionado à, que diz respeito à, que tem relação com o modo de uso de regras. Os lances possíveis, em determinado jogo de linguagem podem ser dos mais diferentes tipos, portanto, são contingentes, pois meramente possíveis. Mas, a possibilidade de um lance ser de uma forma ou de outra é relativa à regra que normatiza o jogo. Então, o relativismo está relacionado aos diferentes modos pelos quais um lance pode ser dado em um determinado jogo. Ao passo que a relatividade está relacionada à regra que é tida como condição de possibilidade de tal lance ser dado daquela forma ou de outra. Exemplo: um pênalti, em um jogo de futebol, é relativo à regra do jogo que diz, falta dentro da área é pênalti. Mas, as diferentes formas pelas quais é possível cometer uma falta, cometer um pênalti é contingente, é um relativismo. Pode ser a mão na

podemos ver, já no *Tractatus*, a possibilidade de fazermos essa diferenciação. No entanto, é na segunda fase que essa diferenciação é mais interessante, sob o ponto de vista filosófico. De todo modo, podemos dizer, em relação à primeira fase, que as proposições com sentido, são relativas à forma lógica. Por essa razão, uma proposição qualquer, sendo possível, pode ser entendida como contingente. A proposição é uma representação de um estado de coisas. Os estados de coisas são combinações possíveis de objetos<sup>9</sup>. Essa combinação de coisas ou objetos é um fato, o que é o caso. Os fatos são sempre contingentes, no *Tractatus*. As proposições que representam os fatos são, também, denominadas de fatos. Temos, portanto, fatos do mundo e fatos na linguagem. Uma representação linguística é um fato na linguagem. Se esta representação tiver sentido, podemos dizer que representa um fato do mundo, ou positivo ou negativo. A contingência, presente no modo como os fatos do mundo são pensados por Wittgenstein, aparece logo no início da obra quando diz: “Algo pode ser o caso ou não ser o caso, e tudo o mais permanece na mesma.” (TLP, § 1.21, p. 135). O papel da lógica, como elemento necessário, formal e a priori, em relação a essa armadura do mundo é assim apresentada: “Na lógica, nada é casual: se a coisa pode aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejudgada na coisa.” (TLP, 1994, § 2.012, p. 135). A lógica, como condição de possibilidade do engendramento recíproco entre mundo e linguagem é necessária<sup>10</sup>. Mas, os estados de coisas que compõem o mundo não são necessários, bem como o modo de conexão dos estados de coisas entre si, não é necessário, é contingente. Vemos isso, claramente, nessa passagem “Os estados de coisas são independentes uns dos outros. Da existência ou inexistência de um estado de coisas não se pode concluir a existência ou a inexistência de um outro.” (TLP, § 2.061 e § 2.062, p. 141).

Os estados de coisas determinados são fatos, casos. Esses fatos são figurados na linguagem. A linguagem é vista como representação dos fatos. Se os fatos são contingentes, então, as proposições que os representam também são contingentes<sup>11</sup>, dado que as proposições

---

bola, derrubar o adversário, segurar alguém, bater em alguém, puxar alguém, empurrar alguém, impedir alguém de subir para cabecear, usar certas palavras para induzir o adversário, chutar alguém, dar uma cotovelada etc. Os lances contingentes implicam um relativismo que a própria regra não consegue, de modo a priori, prever todas as situações possíveis. Por isso, em relação a determinados lances inusitados, não tão óbvios, o árbitro é que interpreta se ele cabe e pode ser pensado a partir da regra ou não.

<sup>9</sup> “O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas).” (TLP, § 2.01, p. 135).

<sup>10</sup> Para Wittgenstein, a lógica não pode colidir ou contradizer a sua aplicação. O esclarecimento lógico da linguagem visa eliminar confusões. Por exemplo: “(Na proposição ‘Rosa é rosa’ – onde a primeira palavra é um nome de pessoa, a última é um adjetivo – essas palavras não têm simplesmente significados diferentes, mas são símbolos diferentes). Assim nascem facilmente as confusões mais fundamentais (de que toda a filosofia está repleta).” (TLP, § 3.323 e § 3.324, p. 159).

<sup>11</sup> “A figuração contém a possibilidade da situação que ela representa.” (TLP, § 2.16, p. 145).

com sentido, que representam fatos, têm a mesma forma lógica dos fatos<sup>12</sup>. “Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras.” (TLP, § 2.15, p. 143). A relatividade está, então, no modo como ocorre a possibilidade de liga de um signo com outro signo, na linguagem, e no modo como os elementos da realidade estão ligados, a partir de uma possibilidade. A forma lógica que articula a relação entre realidade e linguagem permite compreender que as coisas estão assim. Essa é a sua forma. A forma que é condição de possibilidade de compreender que as coisas estão assim e representadas, na linguagem, de determinada maneira, mostra o seu sentido. “O sentido da proposição é sua concordância e discordância com as possibilidades de existência e inexistência dos estados de coisas.” (TLP, § 4.2, p. 189). Temos aí a indicação clara do sentido de relatividade que entendemos no *Tractatus*. No entanto, esse sentido de relatividade só é possível de ser pensado pela forma lógica, não por determinações subjetivas e implicadas com conteúdo, o que implicaria o psicologismo que o *Tractatus* quer evitar.

O relativismo não é admitido, nem abordado nessa obra. Ele pode ser pensado a partir da relatividade das proposições quando essas, por representarem fatos do mundo, estão implicadas, indiretamente, com determinados conteúdos e com certa materialidade empírica. O conteúdo e a matéria, implicados naquilo que a proposição representa do mundo, não interessa e não é contemplado pela filosofia da lógica de Wittgenstein. Podemos imaginar que uma dada proposição que representa um fato percebido pela faculdade da sensibilidade está relacionada à materialidade do mundo de alguma forma. Mas, qual é o conteúdo específico de um fato determinado não interessa e não tem importância para compreender a forma da representação e o sentido que ela mobiliza. Então, o conteúdo pode ser uma cor determinada, pode ser a dureza, a impenetrabilidade, a aspereza etc. Nada desse conteúdo material do fenômeno altera a forma da relação linguagem mundo. Como esse conteúdo pode ser pensado em uma infinita multiplicidade e variedade, poderíamos entender que há, por isso mesmo, um relativismo do conteúdo implicado na forma das proposições que representam fatos. Como a forma da representação não depende, nem se deixa determinar pelo conteúdo, essa questão nem entra nas considerações de Wittgenstein. Para a proposição poder representar, o papel do conteúdo é análogo ao papel que o conteúdo material do fenômeno tinha na forma como Kant pensava as condições apriorísticas do conhecimento, na faculdade da sensibilidade, espaço e tempo e, no entendimento, as categorias. Qual seja, nenhum. É claro que algum conteúdo deve poder ser pensado no fato que a proposição representa. Mas, qual conteúdo é este, em específico, tem

---

<sup>12</sup> “O fato, para ser uma figuração, deve ter algo em comum com o afigurado.” (TLP, § 2.16, p. 143).

relevância. Importa, portanto, muito mais o como, enquanto forma da proposição do que o *que* relacionado ao conteúdo.<sup>13</sup> Esse conteúdo, se for pensado e quando for pensado, depende da forma como ocorre a concatenação de objetos. “A realidade empírica é limitada pela totalidade dos objetos. O limite volta a evidenciar-se na totalidade das proposições elementares.” (TLP, § 5.5561, p. 243). Portanto, um conteúdo material implicado em um relativismo, ficaria fora do alcance da lógica “[...] E fora da lógica é tudo um acaso.” (TLP, § 6.3, p. 265). Para Wittgenstein, só há necessidade lógica. Essa necessidade lógica é a priori e não implica uma determinação e imputação de necessidade aos fatos do mundo. Por isso, “Não há coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo mais deva acontecer. Só há necessidade lógica.” (TLP, § 6.37, p. 273). Portanto, podemos reconhecer a relatividade no modo como se pensa a proposição. “Tudo o que uma proposição apresenta como real pode não ser real. Tudo que uma proposição descreve é logicamente contingente; se efetivamente é real, poderia não o ser.” (SANTOS, 1994, p. 55).<sup>14</sup>

3. A obra principal da segunda fase de seu pensamento é *Investigações Filosóficas*. Ele deixa explícito, logo no início, quais são as preocupações filosóficas principais dessa obra. “Elas dizem respeito a muitos objetos: ao conceito de significado, de compreensão, de proposição, de lógica, aos fundamentos da matemática, aos estados e consciência e outros.” (AC, p. 11). A partir do que está dito nesse início, podemos ver que esta obra tem uma ligação muito estreita com a obra *Da Certeza*. A interpretação a e a diferenciação de relatividade e relativismo será feita considerando a relação de conceitos relacionados a alguns jogos de linguagem, implicados com saber e certeza. Essa nova forma de ver a filosofia vai além de fazer meras descrições e exemplificações da gramática dos conceitos. Visa, também, ser uma preparação para a vida.<sup>15</sup> “Quero dizer: nosso jogo de linguagem é uma extensão do comportamento mais primitivo. (Pois nosso jogo de linguagem é comportamento.) [Cf. Z 545.] (WITTGENSTEIN, 2008, p. 46). A preparação para a vida não é defendida pela apresentação

---

<sup>13</sup> “À proposição pertence tudo que pertence à projeção: mas não o projetado. Portanto, a possibilidade do projetado, mas não ele próprio. Na proposição, portanto, ainda não está contido o seu sentido, mas sim a possibilidade de exprimi-lo. (‘O conteúdo da proposição’ significa o conteúdo da proposição dotada de sentido.) Na proposição está contida a forma de seu conteúdo, mas não o conteúdo.” (TLP, § 3.13, p. 149).

<sup>14</sup> “A validade geral lógica poderia ser chamada de essencial, em oposição à casual [...]. (TLP, § 6.1232, p. 257).

<sup>15</sup> A clareza do significado é uma das condições da possibilidade de ações morais legítimas. “Como o homem em geral pode ser feliz onde não pode afastar a miséria deste mundo? Justamente através da vida do conhecer. A boa consciência moral (Gewissen) é a felicidade que assegura a vida do conhecer. A vida do conhecer é a vida que é feliz a despeito da miséria do mundo.” (WITTGENSTEIN, apud GIANNOTTI, 2020, p. 319).

de uma teoria filosófica, mas ela decorre da terapia filosófica que impede os mal-entendidos na linguagem, ou seja, aquilo que adoece o pensamento.

Os objetivos terapêuticos de Wittgenstein pressupõem a capacidade de identificar a origem ou as razões dos usos problemáticos dos conceitos. “Uma das principais fontes de nossa falta de compreensão é que não dominamos com uma clara visão o uso de nossas palavras – Falta à nossa gramática uma disposição clara.” (AC, p. 122). Para o reconhecimento ou a compreensão da clareza do significado, não é necessário a compreensão ou a defesa de teses filosóficas. O ponto de partida pode ser a linguagem ordinária ou os usos cotidianos da linguagem. A quantidade de exemplos e situações que Wittgenstein apresenta é uma boa indicação desse ponto de partida. No entanto, a análise ordinária da linguagem não é para aderir ao modo empírico e diverso feito pelos utentes da linguagem, em uma determinada língua natural. Qualquer que seja o uso da linguagem, em diferentes situações e contextos, devemos sempre considerar essa observação de Wittgenstein: “A nós interessa o conceito e sua posição no meio dos conceitos empíricos.” (AC, p. 254). Podemos lembrar dessa observação todas as vezes que se tenta atribuir ao segundo Wittgenstein um relativismo cultural e sociológico ou mesmo psicológico. Nesse sentido, é muito adequada a interpretação de Moreno ao dizer:

Gramática pode ser entendido, em uma primeira aproximação, como o conjunto de usos que fazemos das palavras, que podem ser expressos sob a forma de um sistema de regras; uma vez cristalizados em regras e assim sistematizados, os usos das palavras esclarecem a significação dos conceitos e enunciados. (MORENO, 2005, p. 151-152).

Essa interpretação é coerente com a visão de método e de filosofia do Wittgenstein. “Não há um método da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias.” A partir dessa perspectiva, podemos rejeitar, como ponto de partida que o contexto do uso de expressões linguísticas, a partir de regras, esteja determinado por um contexto social e antropológico. Nessa diversidade de usos, o que importa é o reconhecimento das regras de um jogo de linguagem e do papel que elas cumprem, limitando o conjunto de lances possíveis e aceitáveis nesse jogo. É claro que o uso de qualquer conceito, em um jogo de linguagem se dá sempre em um determinado contexto social e cultural. No entanto, não podemos dizer que, por conta disso, o interesse de Wittgenstein é analisar os determinantes sociológicos e antropológicos dos usos. Para Wittgenstein, “Os jogos de linguagem estão aí muito mais como objetos de comparação, os quais, por semelhança e dessemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem.” (AC, p. 76). É nesse emaranhado de usos que percebemos a relação intrínseca entre uso e regra, o que possibilita ter uma visão mais adequada de tudo que entra em jogo para que as confusões

surjam ou sejam evitadas. Os próprios filósofos devem ficar atentos para o modo como usam os conceitos, em seus contextos reflexivos.

Quando os filósofos usam uma palavra – ‘saber’, ‘ser’, ‘objeto’, ‘eu’, ‘proposição’, ‘nome’ – e procuram apreender a essência da coisa, deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em que ela existe? Nós conduzimos as palavras do seu emprego metafísico para o seu emprego cotidiano. (AC, p. 55).

São passagens como essa que muitos usam para afirmar que o pensamento de Wittgenstein se fundamenta socialmente. Nada mais confuso do que afirmações como essas. O autor faz um esforço contínuo, intenso e múltiplo que consiste na “[...] luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem.” (AC, p. 54).

4. Como podemos perceber, a partir dessa perspectiva filosófica de sua segunda fase, a forma como aparecem os conceitos de relatividade e de relativismo? Se na primeira fase havia a primazia da universalidade sobre a singularidade e o próprio autor faz uma crítica a essa concepção, na segunda fase haveria, então, uma primazia da singularidade sobre a universalidade? Essa ideia poderia, inicialmente, ser sustentada pela afirmação de que não há mais uma essência comum da linguagem. Diz ele:

[...] o que é comum a todos esses jogos? – Não diga: tem que haver algo que lhes seja comum, do contrário não se chamariam ‘jogos’ – mas olhe se há algo que seja comum a todos. – Porque, quando olhá-los, você não verá algo que seria comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, aliás, uma boa quantidade deles. Como foi dito: não pense, mas olhe! (AC, p. 51).

Pronto! Está aberto o caminho para afirmar a plena cidadania do relativismo. Mas, será mesmo? Juntando essa ideia, com a afirmação de que “A significação de uma palavra é seu uso na linguagem.” (AC, p. 28) e os usos são diversos, em diferentes contextos, a propensão de aceitar o relativismo é grande para muitos. É um prato cheio, porém não sei se saboroso. Mas é o que muitas áreas usam para sustentar as visões relativistas dos conceitos específicos de seu campo de conhecimento. Outra passagem que corrobora a possibilidade do relativismo é essa:

Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem. Você se dispensa pois justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquele concernente à forma geral das proposições e da linguagem. (AC, p. 38).

Além dessas passagens, teríamos uma série de outras que poderiam sugerir o relativismo. Por exemplo, quando se lê: “Só no fluxo do pensamento e da vida as palavras têm significado” (ZT, 173, p. 49). Entendemos que a frase central para não ceder, de imediato, a esse relativismo é

essa: “Eu procuro a diferença gramatical” (ZT, p. 245). A procura da diferença gramatical não significa a defesa da tese de que tudo é relativo, conforme o princípio protagórico. A análise da linguagem com vistas ao esclarecimento da relação interna entre uso e significado é para entender a diversidade significativa possível. Por isso, não se pode confundir a diversidade que se apresenta na prática de Wittgenstein de descrever e exemplificar, de mostrar conexões, de contextualizar com o relativismo vigente nas práticas culturais específicas.

A descrição gramatical, feita por Wittgenstein, de diversas regiões de usos das palavras revela as complexas inter-relações que a linguagem mantém com o domínio dos objetos extralinguísticos, mas revela, sobretudo, a autonomia dos sentidos que daí decorrem justificando, assim uma reflexão filosófica essencialmente descritiva a priori e com função transcendental. (MORENO, 2005, p. 152).

Wittgenstein propõe, então, uma normatividade criterial que não é compatível com o relativismo. A descrição contextual dos usos, apresentada pelos jogos de linguagem, coloca a atividade filosófica em um solo distinto das explicações filosóficas e científicas. “Nosso erro está em buscarmos uma explicação lá onde deveríamos ver os fatos como ‘fenômenos originários’. Isto é, onde deveríamos dizer: joga-se este jogo de linguagem.” (ZT, § 654, p. 223). A busca é sempre pelo entendimento da gramática dos conceitos, sejam eles quais forem. Nessa análise, “A finalidade da linguagem é exprimir pensamentos.” (ZT, p. 501). Fica assim estabelecido que a gramática filosófica terá a preocupação de mostrar as regras de como são usadas as palavras. A filosofia como atividade terapêutica busca eliminar todos os entraves da linguagem que produzem turbilhões e confusões no pensamento.

5. Após estas considerações de caráter mais geral, pretendemos mostrar, em situações mais específicas, com conceitos mais específicos, a diferença entre relatividade e relativismo nos usos da linguagem. Seleccionamos alguns conceitos relacionados ao campo epistemológico, como saber, certeza, dúvida e crença. O ponto central para esta diferenciação são considerações de Wittgenstein como essas: “A espécie de certeza é a espécie de jogo de linguagem.” (1989, p. 290); “É claro que nem todas as proposições empíricas têm o mesmo estatuto, já que se pode formular uma proposição e convertê-la de proposição empírica em uma norma de descrição.” (UG, 2000, § 273, p. 81); “Mas não há demarcação entre proposições metodológicas e proposição no âmbito de um método.” (UG, 2000, § 318, p. 93); “A falta de nitidez é a da demarcação entre regra e proposição empírica.” (UG, § 319, p. 93); “[...] qualquer proposição empírica pode transformar-se num postulado – e então tornar-se uma norma de exposição.” (UG, § 321, p. 93); “[...] a mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar

pela experiência, outra vez como a regra de verificação.” (UG, § 98, p. 41). Uma última passagem, entre várias outras possíveis,

Proposições são amiúde usadas na fronteira entre lógica e empiria, de sorte que seu significado muda de um lado para o outro por sobre a fronteira e elas valem ora como expressão de uma norma, ora como expressão de uma experiência. (AC I, § 32, p. 37).

A partir do que foi dito acima, passo agora, então, a tentar mostrar como podemos ver a diferença entre relatividade e relativismo a partir da gramática dos conceitos saber e certeza. A afirmação de Wittgenstein é que esses termos não podem ser tomados como sinônimos. Ao interpretar essa ideia Stroll diz: “Conhecimento e certeza se revelam como sendo conceitos independentes que desempenham papéis relacionados, mas diferentes em comunicação e em outras formas de interação humana.” (STROLL, 2002, p. 449). Em Wittgenstein está literalmente assim:

Saber e certeza pertencem a diferentes categorias. Não são dois estados mentais como, por exemplo supor e estar seguro (aqui, parto do princípio de que é significativo para mim dizer eu sei o que é que, por exemplo, significa a palavra dúvida e que esta frase indica que a palavra dúvida desempenha um papel lógico. (UG, § 308, p. 89).

Ao analisar a gramática desses dois conceitos e constatar que ocupam categorias distintas, o faz para detectar uma confusão em seu uso prático. Nos usos práticos, caso tratássemos desses dois conceitos como sinônimos estaríamos em uma confusão conceitual. Estaríamos confundindo o normativo com o factual, o relativo com o certo etc. A apresentação dos usos práticos da linguagem deve mostrar, também, isso: “É evidente que a gramática da palavra ‘saber’ goza de estreito parentesco com a gramática das palavras ‘poder’, ‘ser capaz’. Mas também com a gramática da palavra ‘compreender’. (‘Dominar uma técnica’).” (IF, § 150, p. 86). A descrição gramatical que visa mostrar certas interconexões entre os conceitos, via semelhança de família, não significa dizer que os conceitos, por serem aparentados, são sinônimos ou iguais. Essa diferenciação entre saber e certeza, na dependência do contexto de uso, é bastante esclarecido pela seguinte passagem:

Em Wittgenstein o traço da evidência não desaparece no conhecimento, simplesmente este apenas pode ser analisado no contexto de jogos de linguagem cognitivos, ou seja, mediante uma investigação gramatical de verbos e expressões cognitivas. Assim, aquilo que chamamos ‘conhecer’ e em particular ‘conhecer com verdade’ não é investigado com o fito de determinar as modalidades de uma evidência fundadora. As análises que ele faz da gramática (regras de uso) das expressões cognitivas (‘estou certo que p’, ‘sei que p’, ‘duvido que p’, etc.) pretendem antes mostrar como os conhecimentos mais indubitáveis nascem da actividade linguística e da forma de vida respectiva. (MARQUES, 2003, p. 116).

A diferenciação entre os conceitos saber e certeza, bem como outros, aparentados ou não, exige fazer um uso criterial dos conceitos. Tarefa complexa reconhecida pelo autor ao

dizer: “O jogo com as palavras, sua utilização no intercâmbio linguístico, de que são meio, é mais complicado – o papel destas palavras na nossa linguagem é um papel diferente – do que somos tentados a acreditar.” (IF, § 182, p. 104). A complicação e os mal-entendidos surgem principalmente, nesses casos, por haver “A oscilação entre critérios e sintomas faz parecer como se houvesse tão-somente sintomas.” (IF, § 354, p. 153). É o caso, por exemplo, de uma série de afirmações de Moore, como as proposições empíricas que ele chama de certas. Nessa oscilação entre critérios e sintomas é que muitos se apegam para defender ou propagar que há um relativismo no segundo Wittgenstein. No entanto, para supostamente superar este risco de relativismo Wittgenstein procura esclarecer o conceito de certeza e diferenciá-lo do conceito de saber. O significado do conceito de certeza diz respeito a tudo o que tem a ver com ela, tudo o que a rodeia e todas as ações implicadas nas interconexões conceituais. Um segundo elemento é esse: “O que dizemos adquire o seu significado a partir do resto dos nossos procedimentos.” (UG, § 229, p. 71). Esses procedimentos são as ações práticas implicadas no próprio uso e, nesse contexto de uso, é que ele entende então que uma proposição nunca pode ser usada de modo isolado. Por isso diz: “Aquilo a que me agarro não é uma proposição mas um conjunto de proposições.” (UG, § 225, p. 71). Associado a essa ideia devemos ainda considerar a importância que tem o contexto no uso das proposições.

Na obra *Da Certeza*, as diretrizes gramaticais implicadas no uso de termos como ‘eu sei’, eu creio, eu sinto, eu duvido, estou certo, têm diferenças fundamentais que devem ser reconhecidas, nas práticas linguísticas. “O uso errado que Moore faz da proposição ‘eu sei’ reside em a encarar como uma declaração tão pouco passível de dúvida como ‘eu soffro’. E como a ‘eu sei que é assim’, se segue ‘é assim’, também não se pode duvidar desta última.” (UG, § 178, p. 61). Que uso errado é esse, então? É tratar o ‘eu sei’, categoria cognitiva implicada com o saber, com ‘eu soffro’, categoria implicada em expressões que não temos razões para colocar em dúvida, logo estão implicadas com a certeza. Nesse caso, é necessário e salutar a relatividade. Reconhecer que esses dois conceitos pertencem a categorias distintas e usá-los segundo as regras próprias de cada jogo relacionado ao seu uso é fazer o uso correto. A frase ‘eu sei’ tem relação com o conhecimento. O conhecimento é hipotético. Se é hipotético, podemos sempre pensar que pode ser verdadeiro ou falso. Por isso, podemos também imaginar que cabe certo tipo de dúvida. O que Moore não teria percebido é que as proposições tidas como certas são criteriais, normativas. Ao passo que as proposições da experiência que representam o saber seriam descritivas.

Neste caso, o uso normativo, ou criterial, das proposições indica que sua função é a de dar sentido a outras proposições, como dissemos, as proposições

descritivas da experiência. É pois, o uso da linguagem que irá determinar a relação da própria linguagem com o mundo por ela descrito, inclusive sua relação com o simples pré-predicativo. (MORENO, 2002, apud SALLES, 2002, p. 18).

O conceito de saber é analisado em diversos contextos da obra *Da Certeza*. A razão principal dessa análise são as confusões que giram em torno do uso do conceito. “Acontece que não vemos como é especializado o uso ‘eu sei.’” (UG, § 11, p. 17). Essa constatação expressa a relatividade, pois

Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa. (UG, § 97, p. 41).

Essa oscilação do estatuto das proposições é um desafio muito grande, pois parece que não deixa margem para diferenciação precisa entre o que é empírico e o que é critério ou norma. Mesmo com essa oscilação, o autor defende a ideia de que algumas proposições “[...] sejam como dobradiças em volta das quais as dúvidas giram [...]. Isto é, pertence à lógica das nossas investigações científicas que certas coisas de fato não sejam postas em dúvida.” (UG, §§ 341 e 342, p. 99). O pano de fundo dessa distinção está atrelado ao fato de “[...] pertencermos a uma comunidade que está ligada pela ciência e pela educação.” (UG, § 298, p. 87). E o domínio de regras no interior de instituições e grupos depende de um aprendizado, de um treino para que o uso dessas regras possa ser compartilhado entre os usuários da linguagem por certo consenso. A educação deve possibilitar o discernimento sobre a complexidade e a diversidade de usos da linguagem. “[...] a indizível diversidade de todos os jogos de linguagem do dia-a-dia não nos chega ao consciente, porque as vestimentas de nossa linguagem tornam tudo igual. O novo (o espontâneo, o específico) é sempre um jogo de linguagem.” (IF, p. 290).

A relatividade das atividades linguísticas regradas é percebida pelas ações que são realizadas nos diversos contextos. As práticas humanas não podem ser determinadas pelo relativismo cultural radical, pois a própria certeza seria impossível. Elas dependem de certo consenso. “Certo e errado é o que os homens dizem; e os homens estão concordes na linguagem. Isto não é uma concordância de opiniões, mas de forma de vida.” (IF, § 241, p. 123). Por essa razão, muitos entendem que a verdade fica reduzida a uma dimensão demasiadamente pragmática. Talvez, mas como saberíamos defender a verdade em relação aos que as pessoas dizem. Só podemos julgar se é verdadeiro ou falso o que uma pessoa disser se compreendemos o significado do que ela está dizendo. Por isso, para Wittgenstein, a certeza é uma questão de atitude e cada um se convence da certeza a partir das próprias práticas. “Essa possibilidade de cada um se convencer faz parte do jogo de linguagem.” (UG, § 3, p. 15). Na base desses jogos

de linguagem estão as formas de vida. Elas não são objeto de estudo da biologia ou de qualquer outra ciência. “Para Michael Kober, nesse sentido, as formas de vida são o fundo, a base (Hintergrund) e a condição prévia (Voraussetzung) para a possibilidade da teorização e da significação.” Conforme dissemos em (HILLESHEIM, 2022, p. 146). Para a concepção de Kober (1993) as formas de vida não são nem teóricas, no sentido das teorias científicas, nem pré-teóricas que se tornariam científicas. As formas de vida não podem ser tomadas como as causas dos jogos de linguagem. Elas estão imbricadas com os jogos de linguagem numa relação intrínseca. São coisas distintas, mas relacionadas.<sup>16</sup>

Em vez do não-analisável, específico, indefinível: o fato de que agimos de tal e tal maneira, de que, por exemplo, punimos certas ações, constatamos o estado de coisas de tal e tal forma, damos ordens, oferecemos relatos, descrevemos cores, nós nos interessamos pelos sentimentos dos outros. O que deve ser aceito, o fato – poderíamos dizer – são fatos da vida/ são formas de vida. (BPP, § 630, p. 143).

Os conceitos de saber e certeza, a partir das condições acima apresentadas, são colocados em categorias distintas. O problema é quando não reconhecemos as razões que determinam a oscilação desse estatuto. E, nesse ponto, não pode haver confusão entre filosofia e ciência.

Nada é mais vulgar do que o significado de uma expressão oscilar, do que um fenômeno ser às vezes considerado um sintoma, às vezes um critério, de um estado de coisas. E, na maior parte das vezes, a mudança de significado não é então notada. Na ciência, é normal fazer dos fenômenos que permitem uma medição exata critérios definidos de uma expressão; e depois tende-se a pensar que o significado verdadeiro foi encontrado. Inúmeras confusões surgiram deste modo. (ZT, § 438, p. 103).

Com todas essas considerações, reconhecemos que a noção clássica de fundamento não faz mais sentido. Várias passagens explicitam que no lugar da busca de um fundamento último, as próprias práticas são aceitas como fundamento. Uma espécie de deontologia do ato. Ao tempo em que faz a descrição e exemplificação da gramática dos conceitos diz: “[...] continuo a não poder indicar razões fundamentadas para o modo como procedo.” (UG, § 558, p. 157). Por isso, “[...] na raiz de uma convicção bem fundamentada encontra-se uma convicção não fundamentada.” (UG, § 253, p. 77). Junto da ideia de que a justificação e a fundamentação têm um fim, um limite, afirma que “[...] é o nosso atuar que está no fundo do jogo de linguagem.” (UG, § 204, p. 67). Por isso, podemos compreender que a relação entre jogo de linguagem e forma de vida é [...] uma via de ação não fundamentada.” (UG, § 110, p. 45). Pela forma como Wittgenstein pensa as formas de vida, nos jogos de linguagem, não creio que faça muito sentido

---

<sup>16</sup> “[...] embora exista uma relação íntima entre os dois termos (jogos de linguagem e formas de vida) não podemos pensar que Wittgenstein os tenha tomado por idênticos, nem mesmo que os tenha usado de modo alternado.” (GARVER, 1994<sup>a</sup>, p. 245).

a tentativa de uma classificação das formas de vida, como é o caso de Hunter (1971). Ele estabelece quatro formas: “[...] formas de vida como jogo de linguagem; formas de vida como atividades orgânicas; formas de vida como ações culturais distintas e formas de vida como forma de vida humana, singularmente considerada.” Como mostramos em (HILLESHEIM, 2022, p. 150). A relatividade pode ser compreendida nessa relação entre jogo de linguagem e forma de vida. “[...] a expressão ‘jogo de linguagem’ deve salientar aqui que o falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida.” (IF, 1996, § 23, p. 27). Essa relação entre jogos de linguagem e forma de vida permite compreender muitas ações práticas na diversidade cultural. Essa compreensão só se dá se sairmos da consideração de um uso gramatical de superfície e observarmos a gramática profunda. A partir disso entendemos que “Compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica.” (F, § 199, p. 113). “E representar uma linguagem significa representar uma forma de vida.” (IF, § 19, p. 23). Assim, o trabalho filosófico desta última fase será sempre a busca pela libertação a partir da consideração gramatical dos usos.

A terapia filosófica é sempre uma reflexão sobre o modo como usamos as expressões nas nossas práticas linguísticas. Como diz Leclerc, interpretando Wittgenstein:

Conseguimos convergir sobre o significado e nos entender mutuamente não porque nós apreendemos as mesmas formas eternas, e sim porque compartilhamos o mesmo mundo, e nosso conhecimento do mundo inclui uma enorme quantidade de regularidades naturais e sociais, know how, práticas comuns na comunidade onde crescemos e fomos integrados. (LECLERC, In: Salles, 2012, p. 25-26).

A relatividade necessária, mas não um relativismo está, então, em nós nos compreendermos como membros de uma comunidade idiomática, com regras comuns, quando jogamos os mesmos jogos. Portanto, uma relatividade que é compatível com a universalidade contextualizada e regionalizada. Não mais abstrata, formal, a priori, necessária e universal, sem o cotejo com o mundo da vida. Assim, podemos pensar um significado compartilhado segundo regras públicas e comuns. Portanto, a relatividade deve ter primazia sobre o relativismo que, na maioria das vezes, é causa de confusões, tanto teóricas quanto práticas.

#### 6. Wittgenstein diz:

Quando os jogos de linguagem mudam, há uma modificação nos conceitos e, com as mudanças nos conceitos, os significados das palavras mudam. [...] você deve ter em atenção que o jogo de linguagem é, por assim dizer, imprevisível. Quero dizer: não se baseia em fundamentos. Não é razoável (ou irrazoável). Está aí – tal como a nossa vida. (UG, § 559, p. 157).

Essa mudança dos conceitos não é analisada ou compreendida a partir da construção teórica, epistêmica, como é o caso de Kant, em sua filosofia crítica. Wittgenstein não faz uma

teoria do conhecimento, mas uma análise das condições linguísticas para que se possa compreender a própria gramática dos conceitos epistêmicos. Nessa perspectiva, as mudanças conceituais, apresentadas pelos jogos de linguagem estão relacionadas às formas de vida. “Essa variedade não é algo fixo, dado de uma vez por todas; mas podemos dizer, novos tipos de linguagem surgem, outros envelhecem e são esquecidos.” (IF § 23, p. 27). Assim é admitida a relatividade dos usos da linguagem. Essa forma é salutar, aceita, admitida, descrita e exemplificada como forma de terapia filosófica. Parece ser óbvio que “É um fato da experiência que os seres humanos alteram seus conceitos, os trocam por outros quando aprendem fatos novos; quando algo que anteriormente era importante se torna insignificante, e vice-versa” (ZT, § 352, p. 88). É nesse contexto que as regras gramaticais são entendidas como arbitrárias. Elas não podem ser justificadas, nem fundamentadas na experiência, nem alteradas por fundamentos extralinguísticos. Elas são normativas e determinam o conjunto de lances e ações, especificamente, em cada jogo de linguagem.

Essas últimas menções às obras *Da Certeza, Investigações e Fichas* mostram o sentido positivo de relatividade no pensamento de Wittgenstein. Relatividade que não quer dizer, em hipótese nenhuma, relativismo. A relatividade é, portanto, condição necessária para compreender como é desejável buscar a conciliação entre o panorâmico e o perspícuo, entre o factual e o normativo, entre o universal e o singular, nos usos da linguagem. A terapia filosófica nos coloca no interior da relatividade como forma de evitar os extremos das posturas filosóficas universalistas e dogmáticas ou relativistas e céticas. Portanto, parece ser uma espécie de filosofia linguística pragmática-crítica-terapêutica. Essa concepção de relatividade é, também, um convite à observação atenta do modo como, na linguagem, são engendradas as formas problemáticas dos usos da linguagem que comprometem a clareza da significação. A relatividade assim entendida, possibilita pensar a conciliação possível entre a mudança conceitual, a transição entre conceitos familiares e a oscilação entre o normativo e o factual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EDEN, Par Tania. *With or Without an “s”?* Husserl and Wittgenstein on relativism and Cross-cultural Understanding. In: BENOIST, Jocelyn; LAUGIER, Sandra (éds). *Husserl et Wittgenstein – De la description de l’expérience à la phénoménologie linguistique*. HILDESHEIM – ZÜRICH – NEW YORK: GEORG OLMS VERLAG, 2004. (p.169-183).

GIANNOTTI, J. Artur. *Heidegger/Wittgenstein: Confrontos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HILLESHEIM, Valério. In: BACELAR, Cláudia (org.) *Empirismo, Fenomenologia e Gramática*. Salvador: Quarteto Editora, 2013. (pp. 145-162).

HILLESHEIM, Valério. *Linguagem, Conhecimento e Formas de Vida em Wittgenstein*. Curitiba: Appris, 2022.

KOBER, Michael. *Gewissheit als Norm - Wittgenstein erkenntnistheoretische Untersuchungen in Über Gewißheit*. Quellen und Studien zur Philosophie - Herausgegeben von Jürgen Mittelstraß, Günther Patzig, Wolfgang Wieland -Band 35. Berlin-New York: Walter de Gruyter, 1993.

MARQUES, Antônio. *O Interior – Linguagem e Mente em Wittgenstein*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MORENO, Arley. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

MORENO, Arley. (Org.) *Wittgenstein - Aspectos Pragmáticos*. Volume 49, Coleção CLE. Campinas: UNICAMP, 2007.

SALLES, João Carlos. *A Gramática das Cores em Wittgenstein – Volume 35, Coleção CLE*. Campinas: UNICAMP, 2002.

SALLES, João Carlos. *O Cético e o Enxadrista: Significação e Experiência em Wittgenstein*. Salvador: Quarteto Editora, 2012.

STROLL, A. *Moore and Wittgenstein on Certainty*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

STROLL, A. “Understanding On Certainty: Entry 194”, In: HALLER, Rudolf & PUHL, Klaus. *Wittgenstein und die Zukunft der Philosophie - Eine Neubewertung nach 50 Jahren*. Akten des 24. Internationalen Wittgenstein-Symposiums. 12. bis 18. August 2001 - Kirchberg am Wechsel (Österreich). Wien: öbv&hpt, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*, In: Coleção Os Pensadores. Tradução de José Carlos Bruni, 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Fichas (ZETTEL)*. Tradução de Ana Berhan da Costa. Lisboa: Edições 70, 1989.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *O Livro Castanho*. Tradução de Jorge Mendes. Revisão de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992a.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cultura e Valor*. Tradução de Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 2000. LA - O Livro Azul. Tradução de Jorge Mendes. Revisão de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1992b.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Lógico-Philosophicus*. Tradução, Apresentação e Ensaio Introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos, 2ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações sobre as Cores*. Tradução de Felipe Nogueira e Maria João Freitas, Lisboa: Edições 70, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Aulas e Conversas sobre Estética, Psicologia e Fé Religiosa*. Compilado a partir de notas recolhidas por Yorick Smythies, Rush Rhees e James Taylor. Organizado por Cyril Barrett. Tradução de Miguel Tamen. 3ª edição. Lisboa: Edições Cotovia, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cultura e Valor*. Tradução de Jorge Mendes. Revisão Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000a.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Diarios Secretos*. Edición de Wilhem Baum. Traducción de los textos alemanes: Andrés Sánchez Pascual. Cuadernos de Guerra de Isidoro de Reguera. Madrid: Alianza Editorial, 2000b.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Gramática Filosófica*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2003a.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da Certeza*. Tradução de Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 2000. GF - Gramática Filosófica. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2003b.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos – 1914-1916*. Tradução de João Tiago Proença, Lisboa: Edições 70, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações Filosóficas*. Seleccionadas entre seus escritos póstumos por: Rush Rhees. Tradução para o inglês: Raymond Hargreaves e Roger White. Tradução para o português: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia – Vol. I e II*. Tradução e revisão técnica de Ricardo Hermann Ploch Machado. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações sobre as Cores*. Apresentação, estabelecimento do texto, tradução e notas de João Carlos Salles Pires da Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.